

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA**

**COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – CTAI-JF**

**PAUTA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CTAI-JF**

**DATA : 27/10/2022**

**LOCAL : PLATAFORMA TEAMS**

**HORÁRIO : 14h às 15h20**

**PARTICIPANTES:**

**Daniel Martins Ferreira**

Secretário de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

Presidente do CTAI

### **Marília André da Silva Meneses Graça**

### Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Membro do CTAI

**Raphael Junger**

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Membro do CTAI

### **Patrícia Ribeiro**

Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Membro do CTAI

### **Wolfgang Striebel**

### Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Membro do CTAI

### **Sídia Maria Porto Lima**

### Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Membro do CTAI

**Luiz Guilherme Piva**

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna de 2º Grau

Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Membro do CTAI

**Beltrão José de Sousa Filho**

Diretor do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária de Goiás

Membro do CTAI

### **Fábio Trevisan**

### Diretor do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária do Espírito Santo

Membro do CTAI

### **Rita de Cássia Sapia Alves da Cruz**

### Diretora do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária de São Paulo

Membro do CTAI

### **Denise Fátima de Araujo Meskau**

### Diretora da Divisão de Auditoria Interna

Seção Judiciária do Paraná

Membro do CTAI

- **Angelita da Mota Ayres Rodrigues**

Subsecretária de Auditoria de Governança e de Gestão

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Roberto Junio dos Santos Moreira**

Subsecretário de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Roberta Bastos Cunha Nunes**

Assessora Técnica

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Débora Cristina Jardim Vaz**

Chefe da Seção de Auditoria de Gestão e de Prestação de Contas

Subsecretaria de Auditoria de Governança e de Gestão

Secretaria de Auditoria Interna

- **Fábio Júnio Dantas**

Chefe da Seção de Auditoria de Pessoal

Subsecretaria de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

|  |  |
| --- | --- |
| **TEMA**  | **DELIBERAÇÕES**  |
| **Abertura**  | **Apresentação e informes:** 1. Aprovação da Ata da 16ª Reunião – o CTAI, por unanimidade, aprovou a Ata da 16ª Reunião.
2. Apresentação dos procedimentos realizados pelo Grupo de Trabalho encarregado da uniformização dos papeis de trabalho da Auditoria nos Precatórios

A Subsecretária de Auditoria de Governança e de Gestão do CJF relatou que os papeis de trabalho estão sendo compartilhados no Teams para todos do grupo, estando o grupo aberto para compartilhamento de documentos sempre que necessário. Esclareceu que cada órgão irá avaliar o aproveitamento ou não dos documentos compartilhados.A representante do TRF1 levantou dúvida a respeito da obrigatoriedade dos TRFs realizarem a auditoria dos precatórios, uma vez que não receberam nenhuma notificação formal do TCU. A Subsecretária de Auditoria de Governança e Gestão entrou em contato com o TCU para dirimir essa dúvida, mas ainda não obteve resposta.Disse que entrou em contato com o Tribunal de Contas da União para tirar dúvidas a respeito dessa Auditoria. Encaminhou as planilhas de avaliação de riscos utilizadas no Guia de Gestão de Riscos do CJF para saber se essas poderiam ser utilizadas, tendo o TCU respondido que essas planilhas são específicas para a gestão, devendo ser utilizados os modelos de planilhas encaminhados pelo TCU.1. Apresentação dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho encarregado da revisão do PQA

O Secretário de Auditoria Interna reportou a formação do Grupo de Trabalho formado por representantes do CJF, do TRF3 e do TRF1. Informou que por enquanto está sendo realizado benchmarking sobre os modelos existentes, para estudar o melhor a ser utilizado. 1. Discussão sobre a coordenação dos monitoramentos das auditorias realizadas nos TRFs

O Secretário de Auditoria Interna disse que irá encaminhar aos TRFs as auditorias a serem monitoradas no exercício de 2023 para que as unidades de auditoria interna procedam ao monitoramento.1. Discussão sobre a realização das auditorias nos TRFs e Seções Federais pelo SIAUD-JF (Art. 12, V da Resolução CJF n. 676/2020) para os exercícios de 2023 e 2024.

O Secretário de Auditoria Interna do CJF noticiou que foi elaborado um calendário preliminar de realização de auditorias nos TRFs e Seções Judiciárias para o exercício de 2023, sendo provável a realização, nesse exercício, de auditorias nas 2ª, 3ª, 4ª e 6ª Regiões, devendo seguir o calendário de inspeções da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Para 2024, devem ser realizadas auditorias nas 1ª e 6ª Regiões.1. Utilização da plataforma Teams como política institucional do CJF – o Secretário de Auditoria Interna do CJF enfatizou que deverá ser operacionalizado o acesso ao Teams, para os membros do CTAI< para compartilhamento de informações e documentos.
 |
| **Tema 1**:Trilha de Capacitação para Auditoria na Justiça Federal | Apresentação dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de proposta para Trilha de Capacitação para Auditoria na Justiça FederalO representante do TRF2 relatou que o grupo trabalhou semanalmente ao longo do último mês, propondo fazer uma apresentação breve sobre os resultados dos trabalhos. Disse que estudou modelos disponíveis do TCU, do IIA, do Instituto Rui Barbosa e constatou que todos eram semelhantes. Optou-se por trabalhar com apenas quatro frameworks, as quatro grandes etapas da auditoria – planejamento, execução, comunicação e monitoramento. Em seguida, estabeleceram as competências necessárias em cada passo, de cada framework, para que o auditor passasse de uma etapa para outra. Decidiu focar apenas nas competências técnicas, uma vez que as competências gerenciais já são objeto de programas de capacitação de cada órgão. Irá disponibilizar o material produzido para todos para que opinem e proponham sugestões de ajustes.Acentuou, ainda, que a trilha, a princípio, está sendo estabelecida somente para a realização de auditorias de conformidade. A representante do TRF1 questionou a possibilidade de que a trilha inclua também as auditorias financeiras (auditorias de contas), já que as considera as mais importantes atualmente. O representante do TRF2 esclareceu que a trilha irá atender às necessidades das auditorias de contas, em parte, mas não em todos os aspectos, tais como as normas de contabilidade e outros mais específicos. |
| **Tema 2: Adequação do PAC-Aud ao LNC** | A representante do TRF3 relatou que a unidade de Auditoria Interna encaminha o PAC-Aud à Alta Administração, junto com o PAA, que é despachado à unidade de Gestão de Pessoas. Mas o planejamento dessa unidade não está alinhado ao PAC-Aud, uma vez que o planejamento da unidade de Gestão de Pessoas é feito antes. Por essa razão, está encaminhando o PAC-Aud para um período de dois anos. Propõe que o CJF auxilie os TRFs para incluir ações de capacitação de âmbito nacional no PAC-Aud do CJF. O Secretário de Auditoria Interna do CJF solicitou aos TRFs que ainda não encaminharam suas demandas, que as encaminhem o quanto antes, para que seja feita uma análise das ações consideradas prioritárias e que podem ser incluídas no PAC-Aud. Pontuou que no próximo ano buscará a conclusão do PAA mais cedo, para que o PAC-Aud possa ser elaborado em alinhamento ao PAA |
| **Tema 3:** **Escopo e Programa da Auditoria Conjunta de Acessibilidade Física**  | Definir o escopo da Auditoria Conjunta de Acessibilidade Física, a ser realizada em 2023, a responsabilidade pela confecção e a data de entrega do Programa da Auditoria.O representante do TRF2 disse que já recebeu todos os papéis de trabalho da auditoria realizada no TRF1 e que os engenheiros da sua equipe acordaram que irão analisar os documentos encaminhados e preparar todos os papéis de trabalho da auditoria no início de 2023. Sugeriu que o escopo seja o mesmo definido pelo TRF1, sugestão acolhida por todos os membros do CTAI. |
| **Tema 4: DICON** | O Secretário de Auditoria Interna do CJF comunicou que a nova direção do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União - DICON é composta por membros do Poder Judiciário e que ele foi eleito na chapa vencedora como segundo vice-presidente. Disse que essa nova direção tem algumas ideias que posteriormente serão compartilhadas com todos e que o DICON pode ser um canal a mais para os membros do CTAI, colocando-se à disposição para servir como interlocutor de eventuais propostas a serem encaminhadas ao DICON. |
| **Tema 5: capacitação em PQA** | A representante do TRF1 sugeriu que o servidor Diocésio Santana, do Superior Tribunal de Justiça, seja contratado para ministrar treinamento ao CJF e aos TRFs sobre o Programa de Qualidade de Auditoria – PQA, já que ele é especialista no assunto e ministra treinamento sobre o mesmo tema no IIA. Considera importante que os servidores realizem esse treinamento para que possa ser aperfeiçoado o PQA da Justiça Federal. O Secretário de Auditoria Interna do CJF ponderou que vale a pena, neste momento, aguardar os resultados do estudo realizado pelo grupo de trabalho encarregado de revisar o PQA para que seja possível tomar uma decisão a respeito de treinamento nesse sentido. Consultou a todos sobre a possibilidade de convidar uma representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para, em uma próxima reunião, apresentar o PQA implementado naquele órgão, que ele considerou bastante interessante, proposta esta acolhida por todos. |
| **Encerramento**  | Acordou-se que a próxima reunião do CTAI será realizada no início de 2023, mas ainda sem data definida. O Secretário de Auditoria Interna do CJF disse que manterá contato com todos nesse ínterim, inclusive no caso de surgir a necessidade de realização de reunião extraordinária ainda em 2022.  |